

Disputas discursivas no campo brasileiro: subjetividade, cultura e agronegócio

Discursive Disputes in the Brazilian Countryside: Subjectivity, Culture, and Agribusiness

Railson Borges Lima 1

Universidade de Brasília - UnB. Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil

Antônio Marcos Pantoja dos Santos 2

Universidade de Brasília - UnB. Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil

Abinadabe Rodrigues 3

Universidade de Brasília - UnB. Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil

SOBER GT13. Estudos Interdisciplinares no rural

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar como o agronegócio, por meio da linguagem e de discursos culturais, constrói sentidos hegemônicos que moldam subjetividades e influenciam a organização sociocultural no campo brasileiro, ao mesmo tempo em que deslegitima saberes e modos de vida camponeses. Busca-se compreender em que medida os discursos agro midiáticos atuam na produção de imaginários que reforçam relações de poder e cooptação simbólica. O método adotado é qualitativo, fundamentado no materialismo histórico-dialético, com base em revisão bibliográfica. A análise articula categorias como historicidade, materialidade e contradição, dialogando com autores das áreas de cultura, subjetividade e hegemonia. O estudo examina criticamente o papel da mídia e dos aparelhos privados de hegemonia na construção de narrativas que associam o agronegócio ao progresso, evidenciando seus impactos na cultura e identidade camponesa. Conclui-se que o agronegócio opera não apenas no plano econômico, mas também simbólico, promovendo uma colonização mental que fragiliza identidades, práticas culturais e territorialidades dos povos do campo. Entretanto, essas hegemonias não são totais, sendo tensionadas por práticas contra-hegemônicas, como a Educação do Campo e a agroecologia, que fortalecem a consciência crítica, o pertencimento e a resistência camponesa. Assim, a linguagem se configura como um território político central na disputa entre projetos societários antagônicos, em que cultura e subjetividade são dimensões estratégicas para a manutenção e transformação das formas de vida no campo.

Palavras-chave: Linguagem, discursos, cultura, subjetividade, agronegócio

Abstract

The article aims to analyze how agribusiness, through language and cultural discourses, constructs hegemonic meanings that shape subjectivities and influence sociocultural organization in the Brazilian countryside, while simultaneously delegitimizing peasant knowledge and ways of life. It seeks to understand to what extent agro-media discourses act in the production of imaginaries that reinforce power relations and symbolic co-optation. The method adopted is qualitative, grounded in historical-dialectical materialism, based on a bibliographic review. The analysis articulates categories such as historicity, materiality, and contradiction, engaging with authors from the fields of culture, subjectivity, and hegemony. The study critically examines the role of the media and private apparatuses of hegemony in constructing narratives that associate agribusiness with progress, highlighting their impacts on peasant culture and identity. It concludes that agribusiness operates not only on the economic level but also on the symbolic one, promoting a form of mental colonization that weakens the identities, cultural practices, and territorialities of rural peoples. However, these hegemonies are not total, as they are challenged by counter-hegemonic practices such as Rural Education and agroecology, which strengthen critical awareness, a sense of belonging, and peasant resistance. Thus, language emerges as a central political terrain in the dispute between antagonistic societal projects, in which culture and subjectivity are strategic dimensions for the maintenance and transformation of ways of life in the countryside.

Keywords: Language, discourse, culture, subjectivity, agribusiness

1. Introdução

Historicamente, a configuração da questão agrária na sociedade brasileira possui como marco a colonização, marcado pelo modelo de *plantation*, baseado na monocultura de exportação e na utilização de mão de obra escrava, o que contribuiu para a concentração de poder econômico e político nas mãos dos latifundiários. Como consequência, a maioria da população brasileira, majoritariamente negra, ficou excluída do acesso à terra, perpetuando desigualdades e moldando padrões conservadores na sociedade (Stedile, *et al* 2008).

Esse cenário de concentração de poder nas mãos de uma elite agrária dominante tem consagrado narrativas midiáticas, que influenciaram a formação cultural e social brasileira por meio de estereótipos, com o objetivo de vender uma imagem de Brasil passivo e fazer representações distorcidas da realidade, que negaram, por exemplo, a existência de uma miscigenação brasileira, justificadas por meio de ideias civilizatórias e neocolonialistas, assentadas em perspectivas evolucionistas e linear sobre a realidade (Cuchê, 2002).

Segundo Costa (2006, p. 4-7), “os valores básicos que permeiam essas representações hegemônicas são a livre iniciativa (à que chamam liberdade), a concorrência (de todos contra todos), e a ação individual (cada um por si) na busca desenfreada de sucesso e celebridade”. Assim, hegemonia é, para Gramsci (2001), a capacidade de direção de uma classe sobre as demais, por meio da coerção (força) e do consentimento (ideias). E é na esfera da sociedade civil que se encontram os aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por construir consensos e naturalizarem as relações de dominação de uma classe sobre as demais.

Nesse sentido, procuramos buscar uma compreensão da cultura como um campo de disputa que produz subjetividades, isto é, valores e significados que são aprendidos e construídos na interação do indivíduo com diferentes culturas, ajudando-o a identificar e refletir sobre as contradições que permeiam sua própria realidade, e consequentemente rompendo com a dicotomia indivíduo x sociedade, incorporando assim a indissociabilidade entre mente e cultura (Bizerril, 2015).

De acordo, com Bizerril (2015) os fenômenos subjetivos não podem ser estudados isoladamente, uma vez que o ser humano possui uma dimensão biológica, psicológica, social e cultural, que deve ser intrínseca a sistemas culturais híbridos e realidades multiculturais que

possam confrontar hierarquias culturais que reverberam na distribuição desigual de poder, causando a anulação de identidades e modos de vidas.

Nessa perspectiva, a aquisição da cultura perpassa pelas tensões oriundas das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais que compartilham objetivos e interesses antagônicos no contexto da luta de classes. Esses conflitos e diferenças culturais são imanentes à hierarquização das relações culturais provocadas pelo modo capitalista de produção, gerando um processo de alienação econômica em função da concentração de riquezas, resultando também na concentração da cultura intelectual (Leontiev, 2004).

Diante dessas contradições, torna-se evidente que a produção e a circulação da cultura estão diretamente relacionadas às estruturas de poder e às condições materiais de existência, o que repercute de forma significativa no campo educacional. Nesse contexto, a Educação do Campo assume um papel central na disputa de projetos societários, uma vez que a transmissão da cultura não ocorre de forma neutra, mas permeada pelas contradições sociais. A hegemonia do agronegócio no Sul do Piauí exemplifica esse processo, pois busca consolidar um modelo de formação acadêmica que atende às suas demandas econômicas, reproduzindo a alienação e limitando as possibilidades de valorização do saber camponês (Lima, 2023).

Assim, ao compreendermos a Educação do Campo como espaço de resistência e disputa simbólica frente à hegemonia do agronegócio, torna-se necessário ampliar o olhar para os fundamentos históricos e ideológicos que sustentam tal dominação, nos fazendo pensar e problematizar: *Qual linguagem de Brasil estamos construindo? Uma narrativa de passividade ou de cultura política para o enfrentamento?* No entanto, para compreendermos essas questões precisamos pensar a realidade atual a partir das contradições históricas que marcam os conflitos agrários desde o período colonial, e como essas questões têm contribuído na construção de discursos hegemônicos e moldado subjetividades sociais e culturais nos espaços rurais.

2. A Cultura em Disputa: linguagem, hegemonia e o imaginário agro midiático

Para compreender as disputas simbólicas que estruturam a produção de subjetividades no campo, apoiamo-nos nas contribuições de Cuche (2002), Bizerril (2015), González Rey (2003; 2004), Leontiev (2004), Gramsci (2001) e Alentejano (2020), cujas reflexões possibilitam analisar criticamente como a linguagem, a cultura e as estruturas de poder moldam identidades e modos de vida camponeses. A perspectiva de cultura como campo de disputa, proposta por Cuche (2002), permite evidenciar que as hierarquias culturais são expressão direta

da luta de classes e operam na construção de imaginários que inferiorizam os grupos subalternizados.

Em diálogo com essa compreensão, Bizerril (2015) e González Rey (2003; 2004) ressaltam que a subjetividade é produzida na articulação entre o social e o individual, sendo atravessada por processos simbólicos que podem tanto reforçar quanto tensionar discursos hegemônicos. No campo agrário, essas disputas são intensificadas pela hegemonia do agronegócio, que, como demonstra Alentejano (2020), bloqueia projetos emancipatórios e consolida narrativas que naturalizam relações de dominação.

É nesse ponto que o debate sobre cultura se insere como dimensão essencial para analisar as relações de poder. Isso exige uma compreensão dialética das contradições que atravessam o próprio conceito de cultura no contexto da luta de classes, bem como das intencionalidades, interesses e conflitos presentes na história da sociedade (Cuche, 2002). Para tanto, é fundamental reconhecer que a história está em constante movimento e precisa ser continuamente questionada: para que e para quem ela está sendo construída e narrada?

Nessa perspectiva, compartilhamos das ideias de Cuchê (2002) ao analisar a cultura como uma produção histórica, ligada às lutas dos grupos sociais, pois para ele as relações entre grupos sociais são sempre desiguais, uma vez que são imanentes da luta de classes, que revelam hierarquias culturais, expressando uma dominação e subordinação (parafraseando Marx e Weber), revelada pela cultura da classe dominante. Para tanto, ele nos chama atenção para a necessidade em compreender o movimento da história e os processos de cooptação mental que criam imaginários distorcidos da realidade, sobretudo estigmatizando a cultura popular de grupos subalternos e historicamente invisibilizados, sendo assim necessário, confrontar essa lógica e buscar autonomia cultural para esses povos fazer enfrentamento com a cultura das elites (dominante).

Nesse contexto histórico da luta de classes, o discurso do paradigma agro midiático se insere, ancorado em uma linguagem fortemente enraizada nas colonialidades de poder, que busca fazer um enquadramento da memória camponesa e moldar as formas de pensamento e ação dos sujeitos camponeses, apropriando-se de seus territórios, deslegitimando seus modos de vida, para desqualificar o campo como um local de vida e trabalho e passar a ser um espaço de reprodução mercantil. Nessa perspectiva, temos uma cristalização das relações de poder, da cultura e das ideologias, que molda as subjetividades dos camponeses, e, conseqüentemente, constrói imaginários estereotipados sobre a realidade, que coloca o camponês numa posição de

subordinação e exploração, forçando-o a sair da terra, ou mudar suas formas de relacionar-se com a terra e a natureza.

Essa produção de imaginários, têm revelado hierarquias culturais, consagradas por meio de uma cultura de massas alicerçada na mídia hegemônica, que descaracteriza os modos de vida camponês, e conseqüentemente, molda a memória dos sujeitos camponeses, alienando a cultura e promovendo uma ruptura com os princípios tradicionais. Como consequência, há impactos nos processos de construção da identidade e na valorização das práticas culturais ancestrais.

A identidade é compreendida como um processo de identificação, que envolve pertencimento e reconhecimento (Cuchê, 2002). Esse processo está ligado à diferenciação, que opõe os grupos sociais na luta de classes. Por outro lado, a identidade também pode ser compreendida em uma relação dialética com a alteridade, possibilitando que os camponeses mantenham relações de reciprocidade com a terra e a natureza, assim como de solidariedade econômica, o que mantém a base de reprodução social e cultural do modo de vida camponês.

Desse modo, ao compreender a identidade camponesa como uma construção histórica e relacional, marcada por vínculos simbólicos com a terra e pela resistência às formas de dominação, torna-se possível perceber como ela se torna alvo de disputas discursivas em uma perspectiva dialética no campo da linguagem, conectando o sujeito ao contexto social (González Rey, 2003). É nesse terreno simbólico que se insere a atuação do agronegócio, buscando reconfigurar os sentidos de pertencimento e as referências culturais que sustentam o modo de vida camponês.

Nesse contexto, o discurso midiático do agronegócio atua como produtor de processos simbólicos que constroem representações sociais distorcidas da realidade. Ao configurar-se subjetivamente, esse discurso passa a gerar sentidos e valores que se infiltram na subjetividade dos camponeses, enquadrando suas memórias e modos de pensar. Assim, muitos passam a acreditar que a mecanização representa progresso, modernidade e desenvolvimento.

Nesse sentido, precisamos levar em consideração que o agronegócio não age apenas na economia ou no território, pois há também uma penetração do discurso hegemônico por meio da linguagem dominante, “agro é pop, agro é tec, agro é tudo”, que internaliza a lógica do capital agrário e da monocultura, possibilitando uma cooptação da mente dos camponeses, a exemplo do que acontece no Sul do Piauí (Lima, Santos 2022), onde muitos foram enquadrados

e passarão a acreditar que o caminho para o desenvolvimento é a mecanização para produzir em larga escala, desconsiderando as relações de reciprocidade com a terra e a natureza.

Para compreender os processos de subjetivação e enquadramento, recorreremos à dialética materialista, que permite apreender as contradições internas entre capital e trabalho e compreender como delas emergem tanto as formas de sobrevivência quanto a formação da consciência a partir da realidade concreta. Nessa perspectiva, os sentidos subjetivos expressam a construção da experiência humana para além da mera intencionalidade individual ou da consciência imediata (Mitjans, González 2017). Assim, ao reconhecermos que a realidade é historicamente, socialmente e culturalmente construída, a análise dialética do discurso exige refletir sobre a crise da hegemonia contemporânea e suas implicações na produção de sentidos e identidades.

3. Metodologia

A metodologia adotada fundamentou-se na abordagem qualitativa, estruturando-se a partir de uma revisão bibliográfica densa que articula linguagem, cultura, subjetividade, hegemonia e agronegócio no contexto do campo brasileiro. As reflexões teóricas e as análises desenvolvidas foram guiadas à luz do materialismo histórico-dialético (Marx, 2015; Gramsci, 2001), tendo como objetivo analisar como os discursos midiáticos do agronegócio produzem sentidos hegemônicos que moldam subjetividades, deslegitimam saberes tradicionais e tensionam os modos de vida camponeses.

Para tanto, partimos do seguinte questionamento: em que medida os discursos agro midiáticos atuam na construção de imaginários hegemônicos que influenciam a cultura, a subjetividade e a organização socioterritorial dos sujeitos camponeses, ao mesmo tempo em que produzem processos de cooptação simbólica? A revisão crítica do referencial bibliográfico buscou evidenciar as contradições materiais e simbólicas que estruturam a hegemonia do agronegócio, bem como suas implicações na produção de identidades, na alienação cultural e na negação dos saberes do campo.

Nesse percurso, tomamos como ponto de partida três categorias do materialismo histórico-dialético: historicidade, materialidade e contradição. Essas categorias foram tensionadas com o referencial teórico e com as palavras-chave do estudo (linguagem, discursos, cultura, subjetividade e agronegócio) no intuito de evidenciar as disputas simbólicas entre

projetos societários antagônicos e, assim, possibilitar a compreensão das práticas contra-hegemônicas expressas na Educação do Campo e na agroecologia como estratégias de resistência, fortalecimento identitário e enfrentamento aos processos de colonização mental promovidos pelo agronegócio.

4. Contra-Hegemonia e Subjetividade: caminhos de resistência camponesa ao discurso agro midiático

A contra-hegemonia no âmbito da subjetividade propõe-se a entender os processos hegemônicos e cristalizados como parte de configurações não totalizantes, e que, não impedem a emergência de sujeitos (González Rey, 2004). Assim, contribui na construção e operacionalização de estratégias de resistência que permitam ruptura e ressignificações contracoloniais, como forma de construir identidades.

De acordo com Gramsci (2001), a contra-hegemonia existe justamente porque há uma hegemonia previamente consolidada pela correlação de forças no interior do Estado, que condiciona a formação da luta de classes e mobiliza a superestrutura por meio dos aparelhos ideológicos e privados de hegemonia. São esses aparelhos os responsáveis pela naturalização das relações de dominação, incluindo “o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, organizações culturais (revistas, jornais, meios de comunicação de massa), os partidos políticos e as organizações profissionais” (Silva, 2019, p. 30), que atuam na produção de consensos em torno do projeto dominante.

Nesse sentido, os mecanismos hegemônicos descritos por Gramsci ajudam a compreender como a dominação se materializa em diferentes esferas sociais, inclusive na organização do espaço agrário. É justamente nesse ponto que se evidencia a relação entre hegemonia e questão agrária no Brasil, moldada por meio de processos discursivos enraizados na linguagem midiática de desenvolvimento capitalista que configura uma lógica de cooptação e colonização mental, alicerçada em processos simbólicos hegemônicos que são reconfigurados subjetivamente, mantendo uma padronização da cultura camponesa.

De acordo com Alentejano (2020), a questão agrária no Brasil tem como marca estrutural a hegemonia do agronegócio, que reforça o poder do latifúndio, bloqueia a Reforma Agrária e se articula organicamente ao grande capital. Esse arranjo estrutural constitui um par

dialético da questão agrária: de um lado, o avanço do latifúndio e do agronegócio; de outro, a intensificação dos conflitos socioambientais e a resistência camponesa.

Diante dessa hegemonia estruturante, que concentra poder e impõe uma visão única sobre o campo, tornam-se ainda mais relevantes as formas de contestação produzidas pelos sujeitos que vivenciam o território. Desta forma, o processo de resistência camponesa frente ao paradigma agro midiático é fortalecido quando temos identidades que emergem por meio de uma consciência crítica de sujeitos concretos, o que contribui na desnaturalização de narrativas e, assim, constrói sentidos próprios sobre o território e seus modos de vida, contrapondo a lógica utilitarista e tecnicista do discurso agro midiático.

Assim, ao reconhecer que a resistência camponesa se fortalece pela construção de identidades críticas e pela produção de sentidos próprios sobre o território, abre-se espaço para compreender como práticas educativas contra-hegemônicas podem atuar nesse processo. É nesse cenário que a Educação do Campo, enquanto política pública contra-hegemônica, emerge como resposta às contradições que permeiam o desenvolvimento no campo, fortalecendo a organicidade camponesa, a defesa dos territórios e a promoção de práticas agroecológicas (Lima, 2023).

No âmbito educativo, devem ser trabalhados processos organizativos da luta social, tornando esses sujeitos protagonistas da realidade em que vivem para poder transformá-la. Além disso, essa organicidade torna-se possível quando haja uma perspectiva de Educação e Escola do Campo que ligue a escola à vida, para tornarem-se sujeitos de práxis no contexto da luta de classes e compreenderem as contradições da realidade, de forma que possam promover estratégias de denúncia e anúncio acerca das opressões vividas.

Ao fortalecer processos formativos que vinculam a escola à vida e orientam os sujeitos para a ação transformadora, abre-se espaço para compreender a escola do campo não apenas como ambiente de aprendizagem, mas como território de elaboração crítica. É nessa perspectiva que se articula a compreensão de Caldart (2004), ao afirmar que a escola do campo pode ser compreendida como espaço de reapropriação crítica da realidade, em que o ato educativo se transforma em prática de libertação, reafirmando a educação como dimensão ética, política e emancipatória da vida social.

Desta forma, a intervenção do sujeito na realidade deve apoiar-se na práxis como categoria principal para promover a ação cultural (Freire, 1981) e entender as diferenças como processo de reconhecimento identitário, pois o próprio ato de conhecer e afirmar como sujeito de direito é um ato de práxis. Assim, compreendemos que a práxis no âmbito da Educação do Campo promove ações que tensionam discursos hegemônicos e imaginários, desvelando epistemologias que auxiliam na compreensão da realidade para além das aparências e contribui na construção de identidades.

Considerando que a realidade é movida a partir da ação humana, o camponês enquanto sujeito de práxis é importante para compreender os modos de existência e contribuir na transformação da realidade, colocando-se em movimento como sujeito político coletivo, de modo que expresse uma capacidade de representação e organização de base epistêmica, favorecendo uma leitura de mundo acerca das desigualdades estruturais.

Nesse sentido, a ação consciente do sujeito sobre a realidade, orienta processos formativos e políticos, abrindo espaço para compreender o papel da subjetividade social como dimensão articuladora e ampliadora das práticas contra-hegemônicas, que deve estar para além da ação-reflexão-ação (Freire, 1981), exigindo, sobretudo, a percepção dos sujeitos com o mundo interior e exterior no exercício da sua capacidade intelectual. Assim, torna-se imprescindível que as estratégias de resistência estejam ancoradas em processos culturais e educativos que envolvam a geração de pertencimento identitário dos povos do campo e o fortalecimento de seus modos de vida, para evidenciar, anunciar e denunciar as mazelas sociais que provocam o enquadramento da memória camponesa e o ocultamento dos seus saberes.

A subjetividade social, entendida como um sistema configurado no social e no individual e continuamente reconstituído pela ação dos sujeitos, corrobora e orienta a formação de processos discursivos e simbólicos de maneira singular, produzindo alternativas às práticas e representações sociais hegemônicas (González Rey, 2004). Desse modo, evidencia como essas práticas, expressas no discurso agro-midiático, atravessam e permeiam a subjetividade dos camponeses, à medida que eles são submetidos à lógica produtiva do agronegócio, o que acaba por fragilizar sua autonomia e soberania alimentar.

Essa sujeição nos leva a refletir sobre o poder numa perspectiva estruturalista, que produz “verdades” midiáticas por meio do discurso e forja configurações subjetivas que se institucionalizam socialmente, sustentadas por relações ocultas da ordem econômica e política capitalista. Entretanto, quando observadas em uma perspectiva histórico-cultural, à luz da teoria

da subjetividade, essas configurações passam a ser questionadas, pois articulam os processos subjetivos à história e à vida social dos sujeitos como parte da cultura (Mitjáns Martínez; González Rey, 2017). Essa cultura, por sua vez, deve se expressar como matriz formativa do currículo das escolas do campo, contribuindo para desvelar as condições sociais de raça, gênero e classe que orientam os sentidos subjetivos

Portanto, a cultura, entendida como uma atividade humana subjetivamente construída e fortalecida pela formação de identidades forjadas na luta social, torna-se uma fonte propulsora da contra-hegemonia. Esse processo se manifesta no sentido de pertencimento e no reconhecimento dos fatores estruturais que produzem desigualdades no contexto da luta de classes. Nesse âmbito, a subjetividade social presente nas produções simbólicas dos camponeses, em reciprocidade com os meios de produção, como a terra, contribui para a construção de ações concretas que operam a luta social, enfrentam discursos midiáticos do agronegócio e fortalecem a resistência e a reprodução do modo de vida camponês.

5. Considerações finais

A análise realizada evidencia que as disputas discursivas no campo brasileiro ultrapassam a dimensão territorial e produtiva, alcançando profundamente a constituição subjetiva dos sujeitos. O agronegócio, fortalecido por seu aparato midiático e institucional, produz discursos que naturalizam desigualdades, reforçam hierarquias culturais e moldam imaginários associados ao progresso técnico e à modernização. Esses discursos não apenas silenciam os saberes tradicionais dos camponeses, mas reconfiguram identidades e fragilizam os vínculos simbólicos que sustentam o modo de vida camponês.

No entanto, a própria historicidade da luta de classes revela que nenhuma hegemonia é totalizante. Assim, a resistência camponesa se reinventa por meio da valorização da cultura, da construção de pertencimento comunitário e da articulação entre práticas educativas e políticas, como a Educação do Campo e a agroecologia, que representam não apenas alternativas produtivas, mas também projetos de transformação epistêmicos comprometidos com a sustentabilidade ambiental, que confrontam o imaginário dominante.

Assim, reafirma-se que a disputa pela terra é também disputa por sentidos. A linguagem, compreendida como ferramenta de produção de subjetividades, torna-se campo estratégico para

enfrentar a colonização mental imposta pelo agronegócio. Portanto, fortalecer identidades camponesas, promover processos formativos críticos e construir narrativas enraizadas na realidade dos povos do campo são elementos centrais para sustentar a contra-hegemonia e assegurar a continuidade histórica de modos de vida que resiste há séculos às investidas do capital agro mediático.

Referências

ALENTEJANO, P. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e Reforma Agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 251-285, 2020.

BIZERRIL, José. **O lugar da diferença religiosa nas subjetividades sociais brasileiras e suas implicações para a saúde**. In: GONZÁLEZ REY, Fernando; BIZERRIL, José (org.). Saúde, cultura e subjetividade: uma referência interdisciplinar. Brasília: UniCEUB, 2015, p. 35-58.

CALDART, Roseli Salete. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

COSTA, Iná. C. Prefácio. In: Coletivo Nacional de Cultura (org.). **Teatro e transformação social**. São Paulo: Cepatec/FNC/Minc, 2006. p. 4-7.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. 149 p.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na Psicologia e a Psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (v. 3. Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política).

LEONTIEV, A. N. **O homem e a cultura**. Em LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Moraes Ed, s/d

LIMA, Railson Borges. **Educação do Campo, agroecologia e o modo de vida camponês: uma análise sobre a práxis dos egressos da LEDOC/UFPI/CPCE**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

LIMA, R. B.; SANTOS, A. M. P. Agroecologia e educação do campo como ferramentas de enfrentamento aos processos de cooptação e colonização mental no sul do Piauí. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 60., 2022. Natal, RN. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2022. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/486257.pdf>.

MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MITJÁNS MARTÍNEZ, A.; GONZÁLEZ REY, F. **Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica**. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, A. G. **Cultura como matriz formativa na Licenciatura em Educação do Campo da UnB: potencialidades do trabalho com o teatro político e o vídeo popular**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

STEDILE, Miguel Enrique; BASTOS, Manoel Dourado; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. **Glossário de conceitos chaves**. Veranópolis/Brasília, 2008.